



ATA Nº 002/2022

Aos 19 (dezenove) dias do mês de janeiro de 2022, às 14h, no Centro Administrativo de Encantado/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a coordenação do presidente Sandro Herrmann. Estiveram representados 23 municípios, por seus prefeitos, vice-prefeitos, secretários da Educação e Fazenda e Procuradores Municipais, a saber: Encantado, Colinas, Paverama, Pouso Novo, Arroio do Meio, Doutor Ricardo, Lajeado, Anta Gorda, Marques de Souza, Forquetinha, Poço das Antas, Muçum, Westfália, Capitão, Relvado, Bom Retiro do Sul, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Taquari, Vespasiano Corrêa, Itapuca, Boqueirão do Leão e Santa Clara do Sul. O presidente abriu os trabalhos e convidou para a Mesa Oficial o prefeito de Encantado, Jonas Calvi; o 2º vice-presidente da Amvat, prefeito Álvaro Giacobbo; o deputado estadual Edegar Pretto e o palestrante convidado, dr. Gladimir Chiele, diretor da CDP- Consultoria em Direito Público, de Porto Alegre/RS. Passou a palavra ao prefeito de Encantado, Jonas Calvi, que desejou boas vindas a todos e um bom trabalho. Em seguida pronunciou-se o deputado Edegar Pretto, presidente da Comissão de Serviços Públicos da Assembleia Legislativa. Ele disse estar fazendo roteiro na região para verificar os problemas com a estiagem e que cabe aos parlamentares buscar uma proposta para atender as comunidades, em primeiro lugar os agricultores. “O Governo tem que implementar políticas públicas para atender os produtores”, disse, ressaltando que as culturas estão todas praticamente perdidas. Citou também o problema da falta de energia, relatado pelos municípios, e informou ter intermediado audiência, junto com lideranças regionais, com o Procurador Geral do Estado nesta quinta-feira, 20 de janeiro, às 14h. O presidente Sandro Herrmann lembrou que já foram feitas várias reuniões com a RGE, mas que é preciso, agora, exigir que a concessionária execute projetos para evitar situações como as que têm ocorrido na região. Dando sequência aos trabalhos o advogado Gladimir Chiele fez palestra a respeito do Piso Nacional do Magistério, assunto principal da pauta da reunião. Conforme Chiele, as situações existentes no âmbito municipal, por conta de legislação específica que trata da progressão da carreira do Magistério local, cria um cenário de reajuste para o conjunto da categoria na ordem de 33% em razão da vinculação com o valor referencial, o vencimento básico, que é atrelado ao valor do piso. “É preciso adequar as leis municipais, pois o problema são os desdobramentos que provoca (o Piso) nos municípios, que em pouco tempo não terão recursos para pagar a Folha do Magistério”, alertou. De acordo com Chiele, as prefeituras devem estar atentas ao limite de gastos com pessoal, pois se for



ultrapassado pode haver demissões no futuro. Ele ressaltou que Piso Nacional não é igual ao Valor de Referência, o que também precisa ser alterado na legislação municipal. “O debate a ser feito não é sobre o mérito de o professor merecer ou não, mas se continuar assim em pouco tempo não haverá recursos nos municípios para pagar a folha do Magistério”, reforçou. Em resumo, segundo ele, é preciso que as prefeituras desvinculem o Piso Nacional do magistério da Tabela de Reajuste, pois o Piso não é igual ao Valor de Referência. “É necessário que o município adote medidas legislativas para alterações das normas municipais, a fim de que esse atrelamento deixe de existir e se modifique o procedimento de cômputo da progressão na carreira na própria tabela de progressão do Magistério, alterando as alíquotas e percentuais por outro tipo de procedimento, que seria através de número/valores absolutos”. Também, segundo ele, é necessário mudar o conceito de “vencimento” (que são todos os valores que o servidor recebe de forma permanente e leva para sua aposentadoria, o que inclui incorporações ao longo da carreira). “O reajuste salarial é para manter o poder aquisitivo e não para carreira”, explicou. Durante sua explanação ele apresentou tabelas e simulações em material entregue aos presentes. Após explanação inicial respondeu a questionamentos, entre as quais sugestão do prefeito de Bom Retiro do Sul, Edmilson Busatto, que as alterações ocorressem de forma regional, o que será analisado. A secretária de Educação de Pouso Novo, Liamar Bianchini, também se manifestou, observando que, no seu caso específico, o aumento do piso refletiria em reajuste de 50% nos seus vencimentos. Tendo em vista a complexidade do assunto, novos encontros poderão ocorrer a respeito deste mesmo tema, assim como outros, que não puderam ser abordados na reunião. Antes de encerrar, Chiele ainda fez considerações sobre o afastamento de servidores aposentados pelo INSS. Por fim, o presidente Sandro Herrmann lembrou da audiência da qual vai participar representando os prefeitos, na Procuradoria Geral do estado, sobre a situação da RGE e os problemas no abastecimento de energia. Solicitou que os municípios que puderem enviem, até quinta-feira (20) pela manhã, ao Codevat, os prejuízos sociais e econômicos verificados em decorrência da falta de energia, os quais serão levados na audiência. Sendo estes os assuntos principais e nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença de todos e, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Sandro Ranieri Herrmann,
Presidente da AMVAT**